
-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos dezanove dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez

----- Aos dezanove dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- **1**-Ponto prévio antes da ordem do dia;-----
 - **2**-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos 4 (quatro) cidadãos eleitores designados para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;-----
 - **3**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2010;-----
 - **4**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal;-----
 - **5**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da adenda ao Protocolo Financeiro e de Cooperação - Programa FINICIA;-----
 - **6**-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Protocolo a celebrar com o Clube Náutico de V. V. Ródão;-----
 - **7**-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Protocolo a celebrar com o CMCD;-----
 - **8**-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Protocolo a celebrar com a Associação de Produtores Florestais do Rio Ocreza;--
 - **9**-Informação da Sr^a Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----
 - **10**-Outros assuntos de interesse para o Município;-----
 - **11**-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;
- O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e

procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta do membro Miguel António Martins Fradique, o qual informou que não poderia estar presente e solicitava que lhe fosse justificada a falta, e do membro Olimpia do Carmo Ferreira Mendes.-----

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal e que ficará à disposição dos membros, querendo, para eventual consulta.-----

---- Procedeu-se à leitura da acta da sessão ordinária de 23 de Dezembro de 2009, sendo aprovada por maioria, com uma abstenção.---

-----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----

---- O 1º Secretário Alfredo Lourenço, informou que iria doar a sua senha de presença desta sessão à Paróquia de Nª Srª da Conceição de Vila Velha de Ródão, para ajuda nas obras de restauro da casa paroquial, sita nesta vila, lendo um documento emanado por esta em que apelava à solidariedade dos paroquianos, reforçando no final da leitura deste o apelo à ajuda para estas obras.-----

---- O Membro Luís Costa, disse que obviamente iria fazer uma doação em nome pessoal à obra em causa, dizendo também que tudo o que tivesse direito a receber pela presença nesta Assembleia o iria doar a uma instituição que a seu tempo diria qual, pelo que não iria participar neste tipo de propostas.-----

---- O 1º Secretário Alfredo Lourenço, disse que por isso é que tinha feito um apelo e não uma proposta, porque isso era atentar à liberdade de cada um.-----

---- O membro Fernando Roma, disse que o valor da sua senha de presença era doada à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão. Seguidamente, em nome da bancada Socialista, leu um documento de contestação aos acontecimentos vividos e presenciados no final dos trabalhos da

última sessão desta Assembleia, dirigida ao sr. Vereador Abel Mateus pela atitude tomada e demonstrativa do desconhecimento do Regimento desta Assembleia, ficando este arquivado junto aos documentos presentes nesta sessão.-----

---- A membro Ana Luísa, leu uma moção sobre as parcerias da autarquia com várias instituições do concelho, ficando esta arquivada junto aos documentos presentes nesta sessão.-----

---- O membro Ricardo Luís fez uma exposição pública que a seguir se reproduz:-----

---- *"É com alguma preocupação que ao longo dos últimos seis meses temos assistido a um exercício de gestão autárquica incoerente mergulhado num mar de decisões que são no mínimo pouco transparentes. Esta conduta é claramente adornada com uma prepotência vil com contornos ditatoriais, onde assistimos a uma construção de uma autarquia que tudo controla através de empregos mais ou menos a prazo, mais ou menos prometidos, e que mais aumentam a despesa da autarquia. Desta feita, o conjunto dos deputados eleitos pela lista do PSD, vem denunciar publicamente algumas situações que têm ocorrido e que muito preocupam e aproveitam esta exposição pública para fazer um pedido e um comunicado. Denunciamos publicamente que ao cabo de mais de trinta anos de democracia, pela primeira vez, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, tem dois vereadores a tempo inteiro a trabalhar em simultâneo. Num concelho onde a população diminuiu e numa conjuntura que exige por parte do estado contenção de despesas. Esta denúncia prende-se com o facto de serem os nossos impostos enquanto munícipes e contribuintes que sustentam este verdadeiro acto despesista. Lembro que à dois anos foi criado um lugar de chefe de gabinete que por estranha coincidência, foi ocupado pela*

filha do anterior presidente da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, não obstante a qualidade técnica do visado. A incoerência toma proporções épicas quando, para a nova criação de lugares, que imputam custos avultados, não se encontra qualquer entrave, contudo sabemos que até à data não foram pagas as ajudas de custo de transporte à vereadora Natália Ramos, democraticamente eleita pelo PSD, e pelos munícipes deste concelho exigindo a sr^a Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, que a visada faça as deslocações para as reuniões de Câmara, de comboio. Relembro que apesar de ser uma prática comum, a utilização de viaturas de serviço para uso pessoal por parte dos membros eleitos, é uma prática ilegal, contudo, a sr^a Presidente de Câmara faz as suas deslocações diárias, do Fratel para Vila Velha de Ródão, não com a sua viatura pessoal, mas sim com uma viatura da autarquia que, normalmente, se coloca ao serviço da presidência da mesma. Exigem ainda os deputados eleitos pelo PSD, respeito, doravante exigimos que o protocolo da Assembleia Municipal seja cumprido, os eleitos tratados por senhor deputado, bem como, os cargos ocupados pelos membros constituintes na mesa pela sua respectiva nomenclatura, que todos os documentos que irão ser sujeitos a aprovação ou ratificação por parte dos membros da Assembleia Municipal, sejam acompanhados de minuta ou documento final, por forma que seja compreendido o sentido de voto do executivo camarário, segundo o artigo 53 da Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais, que não sejam proferidas frases com conteúdo jocoso tal como se verificou na última sessão, por exemplo - vocês também são só cinco - "eles", são deputados municipais, igualmente eleitos pelo povo por uma lista aprovada em tribunal, mas acima de tudo, são cinco indivíduos com provas dadas na sua vida profissional,

peçoal, social e política. Foi também com grande espanto que assistimos por parte do excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, a uma demonstração de rigidez e escrupuloso cumprimento do Regimento ao qual está no seu direito, mas nunca antes defendido como deputado, bem pelo contrário, várias vezes defendeu em sessão que a bem do interesse geral do concelho os assuntos deveriam ser discutidos até que não suscitasse quaisquer dúvidas. Também agradecemos que tenha algum respeito pelo órgão a que preside. Na última sessão o senhor presidente não se coibiu de durante a mesma enviar mensagens escritas a partir do seu telefone pessoal. É com enorme respeito por esta Assembleia e por todos os que a constituem que fazemos esta exposição, pois entendemos que o bom senso deve ser o fio condutor de tudo na vida, por essa razão, seremos ante mais tolerantes em relação às exigências por nós feitas. A bancada do PSD.”-----

---- No seguimento desta exposição, o Presidente da Assembleia Municipal, disse que como esta não era uma Assembleia Legislativa, o termo “deputado”, não se aplicava. No que dizia respeito ao envio de mensagens por ele enviadas, disse que não tinha enviado nenhuma mensagem, e que de facto tinha recebido algumas, porque por estar a presidir a esta Assembleia também tinha uma vida profissional e que nesse dia estava a acompanhar uma situação que dependia exclusivamente de si, pedindo desculpas aos membros se foi indelicado da sua parte por ter recibo as mensagens. No respeitante aos acontecimentos ocorridos no final da última sessão, não foi mais do que o cumprimento escrupuloso do Regimento aprovado por todos os membros. Por outro lado, quando dizia que os assuntos deveriam ser discutidos até à exaustão, desafiava o membro Ricardo Luís, a dizer quantas vezes, na última sessão, é que o tinha

interrompido e quantas vezes tinha sido chamado a atenção de que tinha excedido o tempo de intervenção, ou seja, nenhuma, dizendo que o facto de fazer questão em respeitar escrupulosamente o Regimento era o de evitar algumas situações que se passaram nesta Assembleia no último mandato por parte das duas bancadas, portanto a atitude por si tomada fora na defesa da dignidade do órgão a que presidia.-----

---- O membro Roma, referindo-se à exposição do membro Ricardo Luís e quando este fala de bom senso, questionou se queria que a sr^a Presidente que reside em Fratel, viesse para a sede de concelho em transporte próprio, se o facto de residir no concelho, quando saia de casa não estaria já a trabalhar em prol do mesmo.-----

---- O membro Ricardo Luís, disse que no seu interlúdio tinha dito que esta era uma prática comum e que nunca tinha sido contestada e era aceite, o que não achavam comum era que neste momento fosse solicitado que o transporte para uma reunião de câmara fosse feito através de comboio recusando-se a pagar as deslocações de transporte, quando inclusive havia deputados municipais que tinham o seu domicilio fiscal em Lisboa e sempre lhes tinham sido pago as deslocações a partir daí, achando que haveria aqui um certo comportamento incoerente, sendo esta uma forma descritiva de demonstrar que o bom senso teria que imperar e o que era verdade é que o transporte de Fratel para Vila Velha de Ródão, embora aceite por todos, não era legal, apesar de ser feito por todos os autarcas do país, mas também era aceite por todos o pagamento das deslocações ao quilómetro e o que estava aqui em causa era o veto ao pagamento das despesas de transporte exigindo que essas despesas fossem feitas por comboio porque foi uma prática que nunca se teve e este é que era o fulcro da questão.-----

---- A membro Ana Luísa disse não perceber a afirmação do membro Ricardo Luís, quando falava em questões monetárias no que é que o concelho ou a autarquia era despesista em prol dos cidadãos, porque se o executivo tinha dois vereadores a tempo inteiro era porque entendia que necessitava de os ter, não percebendo que quando falava de bom senso este não fosse de parte a parte.-----

---- O membro Roma disse que sempre tinha vivido e tinha o seu domicílio fiscal em Lisboa, como outros membros tinham noutras localidades, ao que o membro Ricardo Luís respondeu que, nunca em qualquer circunstância tinha contestado o pagamento das suas despesas de deslocação de Lisboa para Vila Velha de Ródão, dizendo que a vereadora Natália Ramos também tinha o seu domicílio fiscal em Moscavide e inclusive era proprietária de uma habitação própria permanente da qual tinha isenção de IMI, nessa localidade.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, lembrou que, com todo o respeito que o assunto merecia, não estavam aqui para analisar a situação da sr^a Vereadora e da sr^a Presidente, mas para trabalhar em prol do concelho. Esta situação que estava aqui a ser discutida era uma questão lateral e que vinha do tempo da campanha eleitoral, achando que a população de Vila Velha, o concelho e as pessoas aqui presentes, estariam mais interessados em assistir à discussão dos pontos da ordem de trabalhos, mas tinham toda a liberdade da parte da mesa desta Assembleia para discutir até à exaustão este assunto e até poder-se-ia encontrar aqui uma solução ao mesmo, no entanto, propunha que se encerra-se este capítulo, porque para os membros desta Assembleia e para o povo de Vila Velha de Ródão, era lateral.

---- O membro João Ferro, questionou se a sr^a Presidente quando era deputada na Assembleia da República, qual tinha sido a morada que tinha dado.-----

---- A sr^a Presidente da Câmara Municipal disse que a sr^a Vereadora Natália Ramos não vivia em Lisboa mas sim em Vila Velha de Ródão, dizendo também que a sua morada sempre esteve em Fratel e que tinha vindo às reuniões de Câmara sempre de Lisboa e nunca recebeu uma ajuda de custo da autarquia, solicitando um ponto de ordem à mesa, dizendo que os assuntos da Câmara Municipal deveriam ser discutidos na Câmara Municipal.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu à sr^a Presidente o ponto de ordem à mesa e disse que já tinha feito uma intervenção neste sentido.-----

---- À questão colocada pelo membro Luís Costa sobre se alguém exterior aos membros da Assembleia poderia colocar pontos de ordem à mesa, o Presidente da Assembleia respondeu que poderia acontecer que durante o calor do debate não se expressar da melhor forma e pensa que todos tinham entendido aquilo que a sr^a Presidente queria dizer. Continuou, dizendo que o executivo tinha solicitado a entrada neste ponto para análise, discussão e eventual aprovação, do Protocolo entre a Celtejo e o Município e permuta de bens, pelo que colocava a votação a entrada deste Protocolo neste ponto.-----

---- O membro Luís Costa, disse que na qualidade de quadro superior da empresa Celtejo, gostaria de não participar na discussão nem na votação deste ponto.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, pelas razões apresentadas, aceitou o pedido do membro Luís Costa, colocando em seguida à votação a entrada neste ponto do referido Protocolo, tendo sido aprovada a entrada do mesmo por maioria, com os votos a favor da bancada Socialista e 3 (três) votos contra da bancada Social Democrata.-----

---- O membro Ricardo Luís, em declaração de voto, disse que,

embora tenha havido uma preocupação de fazer chegar o mais rápido possível aos membros, os documentos referentes a este Protocolo, alguns dos membros da bancada do PSD não tiveram oportunidade de analisar os mesmos e por essa razão terem votado contra a introdução deste Protocolo em ponto prévio e iriam abster-se na votação final do mesmo.-----

---- A sr^a Presidente da Câmara Municipal disse que este Protocolo prendia-se com o facto de se pretender resolver a situação da utilização do espaço onde actualmente se situa a Estalagem de Ródão, espaço este que é pertença da empresa Celtejo e o qual estava cedido à autarquia por 50 anos para utilização e recuperação do mesmo, o que trazia algumas dificuldades ao executivo, nomeadamente, no que dizia respeito a candidaturas para se poderem realizar obras de grande vulto naquele espaço, falando sobre as diligências efectuadas ao longo dos últimos anos para a resolução deste assunto, e dando informações mais detalhadas sobre o presente Protocolo.-----

---- O membro Joaquim Morgado, disse que era com muita alegria e satisfação que, após anos de negociações, se conseguir finalmente resolver esta questão e dirigindo-se ao membro Ricardo Luís pediu-lhe entrega e bom senso na defesa dos interesses do concelho e ao membro Luís Costa, seria com muita satisfação que o veria corroborar com a vontade da empresa na resolução deste assunto, felicitando em seu nome pessoal e da bancada Socialista, a sr^a Presidente por finalmente ter conseguido através deste Protocolo resolver esta situação.-----

---- O membro Luís Costa disse novamente que, devido à sua situação profissional dentro desta empresa e considerando ser parte interessada, não deveria participar na discussão e votação deste

Protocolo.-----

---- O membro Ricardo Luís, disse que o facto de votar contra a entrada e de se abster na votação deste Protocolo era pelas razões atrás apresentadas e que tinha livre arbítrio para tomar essa decisão.-----

---- Não havendo mais intervenções, foi o presente Protocolo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com três abstenções dos membros da bancada do PSD e sem a participação do membro Luís Costa pelas razões atrás apresentadas, conforme a seguinte redacção:-----

---- 1- Aprovar o Protocolo entre o Município e a Celtejo, que prevê a cedência de duas moradias do loteamento da Fonte da Escola à Celtejo e a cedência da propriedade plena do artigo 77CE e de parte do artigo 87CE, ambos da freguesia de Vila Velha de Ródão ao Município;-----

---- 2- Aprovar a não aplicação às moradias referidas, implantadas nos lotes números 2 e 19 do loteamento da Fonte da Escola, em Vila Velha de Ródão, das Normas para a atribuição das Moradias do Loteamento da Fonte da Escola, aprovados por esta Assembleia Municipal em 20/06/2008;-----

---- 3- Que a estas moradias seja atribuído o preço de custo, que consta de mapa anexo à deliberação, uma vez que vão ser objecto de permuta com uma empresa e não vendidas a particulares nas condições constantes das citadas Normas.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **2-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos 4 (quatro) cidadãos eleitores designados para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;**-----

---- O membro Roma informou que a Bancada do PS, propunha para

integrar esta Comissão os seguintes nomes:-----

---- *Diamantina Maria Parrulas Nifra Valente;*-----

---- *Maria Adélia Rodrigues Barata;*-----

---- *Maria Teresa Toco Louro Duarte;*-----

---- *Paula Cristina Ribeiro Gonçalves.*-----

---- O membro Luís Costa questionou se nos nomes apresentados estariam representadas as quatro freguesias.-----

---- A sr^a Presidente disse que, conforme a legislação respectiva, na escolha destas pessoas não teria forçosamente que estarem representadas as freguesias, uma vez que a nível global da Comissão estarão representadas as várias instituições, passando em seguida a palavra ao vereador José Manuel, representante da Câmara Municipal nesta Comissão, que disse que a missão do executivo era promover a criação desta Comissão e que esta era uma instituição oficial, não judiciária e com autonomia funcional, portanto não era uma instituição que pertencesse ao município que apenas tinha que promover a sua criação em consonância com a Lei respectiva, visando sobretudo situações de segurança, saúde, formação e de educação dos jovens e crianças, tendo em seguida descrito quais as instituições que a integram, respectivos representantes e informação adjacente.-

---- O membro Ricardo Luís disse e não pondo em causa a lista apresentada, que uma vez mais era com algum pesar que verificava que nenhum dos cinco membros da bancada do PSD tinha sido convidado a integrar esta lista, deixando a sugestão para que no futuro pudessem ser contactados para constituir listas conjuntas, porque pensa que poderiam defender melhor os interesses do concelho.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que a bancada Social Democrata tinha todo o direito e ainda podia apresentar uma lista de nomes para integrar esta Comissão. Como tal não aconteceu,

foi esta lista colocada à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a integração na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, ao abrigo da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, dos seguintes cidadãos eleitores:-----

---- *Diamantina Maria Parrulas Nifra Valente;*-----

---- *Maria Adélia Rodrigues Barata;*-----

---- *Maria Teresa Toco Louro Duarte;*-----

---- *Paula Cristina Ribeiro Gonçalves.*-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2010;**-----

---- À questão colocada pelo membro Luís Costa, sobre se haveria alguma razão especial para a deslocação de verbas para a rubrica de investimento em parque automóvel de cerca de quarenta e seis mil euros, a sr^a Presidente respondeu que se estaria a prever a troca e aquisição de algumas viaturas.-----

---- Não havendo mais intervenções, foram os documentos desta Revisão colocados à votação, tendo sido aprovados por maioria, com quatro abstenções dos membros da bancada do PSD, a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), a 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, com um aumento de 329.840,00€ (trezentos e vinte e nove mil oitocentos e quarenta euros) e uma diminuição de 327.840,00€ (trezentos e vinte e sete mil oitocentos e quarenta euros), a 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais, com um aumento de 54.350,00€ (cinquenta e quatro mil trezentos e cinquenta euros) e uma diminuição de 13.950,00€ (treze mil novecentos e cinquenta euros) e a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com um aumento de 196.000,00€ (cento e noventa e seis mil euros) e uma diminuição de 213.000,00€ (duzentos e treze

mil euros).-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal;-----

---- A sr^a Presidente da Câmara Municipal disse que esta alteração prendia-se com as necessidades do Município e pelo o facto de não aumentando as verbas que lhe estavam destinadas, converter alguns contratados a termo em contratos a tempo indeterminado.-----

---- O membro Luís Costa, chamou a atenção para o facto de no mapa modelo B (Estrutura de mapa de pessoal), na linha, Actividades/Assistente Operacional, estão inscritos 88 (oitenta e oito) postos de trabalho e no quadro abaixo (Mapa de resumo dos postos de trabalho) a soma nesta categoria ser de 87 (oitenta e sete), presumindo tratar-se apenas de um simples erro matemático.--

---- Após verificação pelos técnicos camarários verificou-se que realmente fora um erro de digitação procedendo-se à correcção do mesmo.-----

---- O membro Ricardo Luís solicitou esclarecimento sobre a criação de um lugar de Técnico de Informática, para dar continuidade ao apoio aos meios informáticos nos serviços municipais, que tem vindo a ser feito por um Técnico Adjunto de Informática contratado a termo certo que está em fim de contrato, questionando se de Técnico Adjunto de Informática para Técnico de Informática haveria alguma progressão na carreira e qual a justificação de passar de um contrato a termo certo para um a termo incerto, porque lhe parecia ser categorias diferentes.-----

---- A sr^a Presidente respondeu que ao abrigo de uma candidatura feita para criação do espaço Internet foi contratado a termo um Técnico de Informática, como este contrato está a terminar e

justificando-se a continuidade deste espaço, bem como, fruto das novas competências dos municípios, o apoio às escolas no que respeita às novas tecnologias de informação, justificar-se assim a contratação de mais um Técnico nesta área, dizendo também que a carreira era a mesma do Técnico de Informática.-----

---- Não havendo mais intervenções, foi esta alteração colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções dos membros da bancada do PSD, a alteração ao Mapa de Pessoal aprovado nesta Assembleia na sessão de 23/12/2009.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- 5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da adenda ao Protocolo Financeiro e de Cooperação - Programa FINICIA;-----

---- À solicitação do membro Roma para um esclarecimento sobre esta adenda, a sr^a Presidente disse que esta tinha a ver com um pedido de alteração apresentada pelo IAPMEI, e referia-se à percentagem do spread que anteriormente estava perfeitamente definida e agora poderá ir até 2,5%, conforme apreciação dos intervenientes no processo, informando que já havia alguns interessados em formalizar os pedidos ao abrigo deste Protocolo.-----

---- Não havendo mais intervenções, foi a adenda a este Protocolo colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Protocolo a celebrar com o Clube Náutico de V. V. Ródão;-----

---- O membro Luís Costa, questionou o porquê da celebração deste Protocolo por seis meses e porque não por um ano ou seis meses continuados com renovação automática.-----

---- A sr^a Presidente disse que este facto prendia-se com o início das obras de requalificação daquela zona porque durante estas não

será possível utilizar o espaço do clube náutico, mas caso seja possível continuar com as actividades deste clube após o término do presente Protocolo, este poderá ser prorrogado vindo a esta Assembleia o respectivo pedido.-----

---- O membro Luís Costa, sugeriu que fosse desde já votada a prorrogação automática do prazo evitando assim votar duas vezes o mesmo Protocolo e depois se não fosse possível o cumprimento do mesmo o executivo prorrogaria ou não a continuação do mesmo, ao que o Presidente da Assembleia respondeu que isso não seria possível porque antes teria que ser aprovado pela Câmara Municipal.-----

---- O membro Ricardo Luís disse que quando as obras começassem teria que se arranjar uma solução para que as actividades do Clube Náutico continuassem, que estas não deveriam ser razão impeditiva da continuidade das mesmas.-----

---- Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação este Protocolo, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **7-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Protocolo a celebrar com o CMCD;**-----

---- O membro Ricardo Luís, solicitou um esclarecimento sobre quais as actividades culturais desenvolvidas pelo CMCD.-----

---- A sr^a Presidente disse que as actividades culturais englobam a manutenção do espaço museológico, um curso de formação na área da tecelagem e trapologia no seguimento de um que está a terminar e o grupo musical "Modas de Ródão".-----

---- Não havendo mais intervenções, foi este Protocolo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **8-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Protocolo a**

celebrar com a Associação de Produtores Florestais do Rio Ocreza;--

---- O membro Ricardo Luís, perguntou qual tinha sido o valor da prestação de serviços paga no ano passado a esta Associação, uma vez que o valor então protocolado não tinha sido suficiente.-----

---- A sr^a Presidente disse não saber o valor pago no ano passado por esta prestação de serviços e que esta deveu-se ao facto do Verão passado ter sido muito quente, daí a necessidade de se proceder à limpeza de uma área superior à protocolada.-----

---- O membro Ricardo Luís, sugeriu que de futuro se repensasse em alargar a área protocolada, que presentemente é de 20 hectares, para evitar custos acrescidos em pagamento de prestação de serviços subsequentes, ao que a sr^a Presidente respondeu que se por acaso for mais área do que a que está em Protocolo sempre se pode efectuar uma prestação de serviço mas se a área intervencionada for menor do que a protocolada era mais complicado uma vez que se tem que cumprir e entregar a verba protocolada á associação em causa.-

---- O membro Ricardo Luís solicitou que lhe fosse enviada informação sobre o valor pago em prestação de serviços no ano passado e um cálculo médio sobre aquilo que tinha sido protocolado e o que tinha sido pago em prestação de serviços comparativamente com este ano, porque certamente a necessidade de limpeza este ano seria muito superior à do ano passado.-----

---- Não havendo mais intervenções, foi este Protocolo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a celebração do Presente Protocolo com a Associação de Produtores Florestais Rio Ocreza, para a realização de acções de silvicultura preventiva, vigilância dos perímetros florestais concelhios, apoio ao combate e subsequentes acções de rescaldo e sensibilização da população.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **9-Informação da Sr^a Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;**-----

----- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 12 de Fevereiro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 501.769,25€ (quinhentos e um mil setecentos e sessenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos), dos pagamentos efectuados de 351.672,32€ (trezentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e dois euros e trinta e dois cêntimos) e do saldo de 371.223,97€ (trezentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e três euros e noventa e sete cêntimos) e no nº2, as principais actividades desenvolvidas pela autarquia nos sectores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, da Saúde e Acção Social, no Apoio ao Desenvolvimento e Protecção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projectos Municipais.-----

----- O membro Paulo Roberto, solicitou esclarecimento sobre o ajusto directo da obra de Beneficiação do Largo do Cemitério, em Sarnadas de Ródão e da obra de abastecimento de água ao Salgueiral, uma vez que consultando o site do governo, verifica-se que a execução das obras iniciaram-se antes da data de assinatura dos contratos, o que se assim for, viola o regulamentado pela Lei, porque de acordo com o referido site, os contratos foram assinados um em três de Dezembro e outro em dezassete de Dezembro.-----

----- A sr^a Presidente disse não ter presente esses dados e que lhe daria essa informação posteriormente, explicando que as obras referidas tinham tido dois tipos de intervenção, por administração directa e por ajusto directo. À questão de que se este membro

acharia que estas obras estariam bem feitas, o membro Paulo Roberto disse que ainda na última Assembleia Municipal ter chamado a atenção para o elevado desnível entre os passeios e o pavimento na obra de beneficiação do Largo do Cemitério, em Sarnadas de Ródão e tinha-lhe sido dito que iriam resolver o problema, verificando que até à data nada tinha sido feito. A sr^a Presidente respondeu que se tinha deslocado ao local desta obra com os vereadores e técnicos da autarquia e verificou-se que a obra estava bem executada, mas se o membro Paulo Roberto achava que não, poderia solicitar novamente aos técnicos que verificassem a mesma, ao que o Membro Paulo Roberto respondeu que esta era a opinião da sr^a Presidente e a qual não partilhava, retorquindo a sr^a Presidente de que não era a opinião dela mas sim a dos técnicos.-----

---- O membro João Ferro disse achar um exagero a descrição de alguns trabalhos executados pela autarquia mencionados na informação da sr^a Presidente.-----

---- O membro Luís Costa, no seguimento da intervenção, na sessão anterior, do membro Joaquim Morgado, sobre a empresa CENTROLIVA e como não esteve presente na mesma, solicitou que lhe fosse informado se esta empresa foi licenciada para a extracção de óleos, solicitando inclusive que lhe fosse autorizado o acesso a esse documento ou que lhe fosse informada a forma como o processo foi elaborado e se o licenciamento era efectivamente para esse tipo de laboração. Gostaria também de saber se essa mesma unidade fabril tinha solicitado autorização à autarquia para fazer ruído fora das horas regulamentadas, uma vez que efectua trabalhos de destroçamento de forma inopinada e ruidosa durante a noite, com prejuízo das pessoas que moram nas proximidades. Lançou também um alerta sobre a segurança das pessoas e bens do concelho, uma vez

ser este um concelho de muita gente idosa e se já havia algum plano ou projecto pensado para salvaguardar essa situação, deixando a sugestão para que de futuro houvesse uma maior colaboração entre todos em prol do concelho.-----

---- O membro Roma, no seguimento das declarações do membro Paulo Roberto, disse que apesar de não por em causa as razões deste, que à alguns anos atrás, na Rua da Igreja, em Sarnadas de Ródão, fizeram o pavimento e aí sim as bermas ficaram altíssimas e este nada tinha dito.-----

---- O membro Ricardo Luís, referiu o facto de no Boletim Municipal de Dezembro último, a Beneficiação do Largo do Cemitério, em Sarnadas, aparecer uma foto da obra em adiantada fase de execução, sabendo que o contrato foi assinado em 03/12/2009 e a obra tem um período de execução de 30 dias era sinal que estas se iniciaram antes da assinatura do respectivo contrato, ao que a sr^a Presidente respondeu que não tinha presente essas datas, pelo que o membro Ricardo Luís solicitou essa informação por escrito. Continuou, referindo que neste mesmo Boletim aparece descrito "*sistema de abastecimento de água - concelho coberto a 100%*", sendo que a data da assinatura da empreitada de fornecimento de água a Salgueiral é de 17/12/2009, prazo de execução de 20 dias e já estar descrita na forma como está neste Boletim, por ventura estas possivelmente iniciaram-se antes dos contratos estarem assinados, por uma questão puramente eleitoralista, porque todos sabem e constataram que estas decorreram durante o mês Outubro. A sr^a Presidente disse que também todos sabem, que parte desta obra decorreu e teve que ser executada quando foram abertas as valas para a colocação da tubagem para o gás natural, dizendo também que afinal tinham sido feitas obras em Sarnadas de Ródão e afinal as obras de abastecimento de água a todo

o concelho eram uma realidade, não compreendendo que em vez de estarem satisfeitos porque as obras foram realizadas estarem a levantar um problema de procedimento, e caso quisessem mais informações que o solicitassem por escrito. O membro Ricardo Luís disse que a questão não era um problema de procedimento nem a realização das obras, era sim que estas foram aproveitadas com um sentido eleitoralista, feitas à pressa e só depois foram feitos os contratos e essa é que era a grande questão.-----

---- O membro Paulo Roberto, em resposta à intervenção do membro Roma disse que o facto das coisas serem feitas mal algumas vezes não quer dizer que continuem a ser mal feitas.-----

---- A sr^a Presidente em resposta à intervenção do membro Luís Costa disse que, em relação à empresa CENTROLIVA e conforme tinha aqui já dito, iria ter na próxima semana uma reunião com a UBI que iriam apresentar algumas propostas para discussão das questões colocadas, dizendo que no que respeita à autarquia, esta empresa tinha as licenças necessárias, no que respeitava às da área do ambiente, estas eram da alçada da respectiva instituição e que a poluição atmosférica e sonora era uma realidade, daí que a autarquia teria que fazer uma avaliação concreta e com técnicos que tenham conhecimentos para o efeito. No que respeitava à segurança dos idosos disse que tinham sido realizadas várias reuniões com a população, em colaboração com a GNR, as instituições particulares de solidariedade social e as juntas de freguesia, em que técnicos na área da segurança explicam como agir em certos casos, no entanto estava aberta a mais sugestões nesta área.-----

---- O membro Luís Costa, disse que tinha falado na questão da segurança de pessoas e bens num sentido mais vasto e não só em relação aos idosos. Também tinha questionado em concreto se a

autarquia tinha autorizado a CENTROLIVA a efectuar trabalho de destroçamento durante o período nocturno, uma vez que a CELTEJO quando tem que o fazer, comunicava-o à Câmara Municipal, ao que a sr^a Presidente disse não ter conhecimento que esta empresa o tivesse feito, no entanto iria averiguar essa situação, ao que este membro solicitou à sr^a Presidente que fosse esta empresa informada que deveria fazê-lo, de acordo com a lei do ruído porque era da responsabilidade da Câmara cumprir e fazer cumprir esta actividade e que era prática corrente no período nocturno esta empresa efectuar trabalhos ruidosos com todos os inconvenientes para as pessoas que moravam nas proximidades. No respeitante à área ambiental, disponibilizou-se para participar consoante a sua vida profissional assim o permitisse, reforçando que o grupo do PSD se disponibilizava para trabalhar em conjunto com os restantes membros desta Assembleia e não de costas voltadas como tinha acontecido até à presente data.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, lembrou que estava previsto em Regimento, a formação de comissões de acompanhamento e que se assim o entendesse, poderia já nesta sessão, propor a formação dessa comissão, dizendo que na última sessão tinha lançado este repto ao membro Joaquim Morgado, porque todos os membros eleitos tinham o direito e a obrigação perante os munícipes, de fomentar a criação de uma comissão de acompanhamento com a colaboração ou não das duas bancadas, tendo o membro Luís Costa dito que aquilo que a sr^a Presidente se propunha fazer já era um passo nesse sentido, mostrando novamente disponibilidade pessoal e dos membros da bancada Social Democrata em colaboração com a bancada Socialista, se assim o entendessem, na criação desta comissão. O Presidente da Assembleia Municipal, acrescentou que

aquilo que a comissão teria e a sugestão da sr^a Presidente não tinha era a formalidade e que dariam uma ajuda à Câmara Municipal na resolução dos problemas dos munícipes, ou seja a sua proposta iria num sentido mais lato, com a responsabilidade não de acompanhar a Câmara, mas formalmente fiscalizar, deixando aqui esta sugestão.-----

---- O primeiro Secretário, Alfredo Lourenço, chamou a atenção para o cuidado a ter com a formação e posterior acompanhamento dessa comissão, porque no sentido de se querer resolver um problema poderá criar-se outro, nomeadamente neste caso do ruído e que quando se estava a fazer um esforço para trazer empresas para o concelho, com este trabalho, poder-se-ia fomentar a sua deslocalização para outras paragens. O membro Luís Costa disse que possivelmente não estariam a falar da mesma coisa e que no caso concreto do ruído, a CELTEJO quando tinha que o fazer em período nocturno comunicava-o à Câmara e só o fazia em caso de manifesta urgência, coisa que não acontecia com a CENTROLIVA, que o fazia sistematicamente. O Presidente da Assembleia Municipal disse que o objectivo desta não era hostilizar nem criar dificuldades a nenhuma empresa, mas sim encontrar um ponto de equilíbrio entre o funcionamento e a rentabilidade que era essencial a uma empresa e o bem estar dos munícipes.-----

---- A sr^a Presidente disse que a Câmara Municipal estava a trabalhar em conjunto com a QUERCUS na criação de um campo de alimentação para aves na serra e simultaneamente esta associação estava a colaborar com a autarquia no sentido de orientar os pescadores do lagostim no rio Tejo, a fazê-lo de uma forma organizada.-----

---- **10-Outros assuntos de interesse para o Município;**-----

---- O membro Ricardo Luís, disse que uma das competências como membro deste órgão era a fiscalização da actividade da Câmara Municipal e tendo através da leitura das actas desse órgão, verificado que se levantou alguma celeuma no que dizia respeito à introdução de temas em ponto prévio nas reuniões de Câmara, sendo assim, informou que iria enviar por escrito uma solicitação à Assembleia com conhecimento à Câmara, para que fosse deliberado através do DGAL e do IGAT, pareceres sobre a ilegalidade de deliberações tomadas em reunião de Câmara e à questão do subsidio de transporte da vereadora Natália Ramos.-----

---- O membro Joaquim Morgado, voltou a dar os parabéns à sr^a Presidente pela assinatura do contrato com o sr. Secretário de Estado da Administração Interna, para arranjo da estrada IP2/Foz do Cobre e Foz do Cobre/Ladeira, Referindo-se também ao facto do Quiosque da Vila se encontrar encerrado.-----

---- O membro Roma, no seguimento da assinatura do contrato referido pelo membro Joaquim Morgado, referiu-se a um texto publicado no Jornal do Concelho, onde o sr. Secretário de Estado José Junqueiro, salientou o exemplo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, considerando que esta tinha uma gestão rigorosa e moderna, com espírito empreendedor e que isso estimulava o desenvolvimento e o progresso. Seguidamente e como no seu manifesto eleitoral tinha dito que neste mandato se iria dedicar particularmente às Juntas de Freguesia, questionou a sr^a Presidente sobre o que é que estava a ser feito nesta área.-----

---- O membro Paulo Roberto, questionou se havia mais alguns desenvolvimentos sobre a reunião que disse que teria com a empresa Estradas de Portugal, referente a questão das entradas a Oeste de Sarnadas de Ródão.-----

---- A sr^a presidente em resposta às questões apresentadas, disse que no caso do Quiosque da Vila, a adjudicação deste iria a hasta pública no próximo dia 26 de Fevereiro e possivelmente iria abrir antes da Páscoa, referindo também que se iria aproveitar este período para efectuar obras de requalificação naquele espaço. Em relação às freguesias, disse que para além das obras grandes que serão feitas através de candidaturas, o trabalho específico da autarquia era trabalhar em conjunto com as Juntas de Freguesia e fazer pequenas obras que entendia ser tão importantes como as grandes. No respeitante ao assunto das acessibilidades a Sarnadas de Ródão através da IP2, disse que já tinha tido uma data marcada para efectuar uma reunião com o Director das Estradas de Portugal, na próxima semana e que após esta lhe poderia dar mais informações.-----

---- A sr^a Presidente da Câmara Municipal, no seguimento das declarações do membro Roma sobre a importância da assinatura do contrato e das declarações do sr. Secretário de Estado, informou que lamentavelmente, tinha sido publicada uma mentira em relação à sua intervenção nos seis anos que esteve como deputada na Assembleia da República e que na altura da publicação da mesma não actuou como deveria porque entendeu na altura que não deveria perder tempo com isso concentrando-se sim naquilo que era importante para este concelho. No entanto e aproveitando esta ocasião, disse que nos seis anos que exerceu funções na Assembleia da República, teve oito intervenções em plenário, enumerando as datas das mesmas, para além disso tinha também feito uma declaração de voto e doze iniciativas legislativas e que o seu primeiro requerimento enquanto deputada foi a ligação da sede de concelho ao então IP2 e que tinha sido fruto deste requerimento que foi feita a

alteração ao PIDAC para possibilitar a construção desta via e que possivelmente foi das poucas propostas efectuadas nessa altura que foi aprovada por unanimidade, e sempre esteve atenta ao que se passava neste concelho tendo por isso efectuado doze requerimentos todos eles relacionados com o mesmo e era por isso que estava muito satisfeita com a celebração deste contrato.-----

---- O membro Ricardo Luís disse que, na sua opinião, esta resposta em defesa da honra, embora legítima, deveria ter sido dada através de um órgão de comunicação social, visto reportar-se a uma notícia publicada nesse meio de comunicação e não deveria utilizar esta Assembleia para o fazer.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, lembrou que a sr^a Presidente era membro efectivo desta Assembleia, sem direito a voto, como tal e como todos os membros deste órgão, era exclusivamente responsável pelas suas afirmações.-----

---- 11-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;

---- A sr^a Elizabete Pires, residente em Fratel, dirigindo-se à sr^a Presidente, disse que gostava de saber se o seu filho estava a ser alvo de discriminação por tudo o que lhe tinha acontecido e porque é que de Janeiro a Novembro tinha pago as refeições todas estando o seu filho abrangido pelo primeiro escalão, ao que a sr^a Presidente respondeu que não sabia do que a munícipe estava a falar, estes eram assuntos relacionados com a escola e como tal não lhe iria dar nenhuma resposta.-----

---- O sr. Octávio Catarino, residente na Foz do Cobreão, felicitou o executivo pela assinatura do contrato que iria permitir a reparação da estrada IP2/Foz do Cobreão/Ladeira, questionando se iria ser construída alguma ponte sobre o ribeiro do Cobreão uma vez que o pontão da Foz não permitiria o trânsito de veículos de grande

e médio porte, questionando também se os sanitários junto ao quiosque da vila também seriam alvo de alguma intervenção. Finalizou, dizendo ser um apoiante desde a primeira hora da regionalização, no entanto teria que se ter muita atenção à forma como este processo se desenvolveria.-----

---- A sr^a Presidente disse que em relação ao pontão da Foz do Cibrão disse que este não estava incluído no contrato agora assinado. Quanto aos sanitários junto ao quiosque da vila, as floreiras adjacentes ao mesmo iriam também sofrer algumas intervenções para evitar futuras infiltrações nos sanitários.-----

---- A Dr^a Edite Candeias, na sequência da sua intervenção na última sessão desta Assembleia, disse que na altura a sr^a Presidente tinha dito que se quisesse lhe disponibilizaria uma lista das obras da freguesia de Perais, ou seja, quando no final da intervenção desta solicitou novamente a palavra, era única e exclusivamente para solicitar essa lista, mas foi impedida de falar, como tal não poderia deixar passar em branco esse gesto, que considerou feio e de falta de democracia e que nunca viu ninguém ser impedido de falar numa Assembleia Municipal e que só pretendia responder a uma pergunta, se pretendiam que não a fizesse, o sr. Presidente da Assembleia Municipal deveria questioná-la se queria a lista referida, que teria que existir uma certa coerência, porque na última Assembleia tinha dito que não haveria debates entre munícipes e Presidente da Câmara, com o qual não concordava, porque o Regimento estipulava o tempo de intervenção de cada munícipe, mas na sua opinião, não estava escrito em Regimento que só poderia intervir uma única vez, logo se a sr^a Presidente lhe fazia uma pergunta e depois era impedida de responder, não lhe parecia muito correcto. Comentou também o facto de que o Regimento da Assembleia

de Freguesia de Fratel tinha sido alterado no sentido de proibir qualquer pessoa que fosse externa à freguesia pudesse intervir nas sessões, considerando vergonhosa esta falta de democracia. Dirigindo-se à sr^a Presidente, lembrou que na Assembleia de Setembro último, esta afirmou peremptoriamente que colaboraria com os sindicatos no sentido de ajudar os trabalhadores da autarquia, como tal e em vésperas de eleições, optou-se por uma opção gestonária, subindo cerca de sessenta e cinco trabalhadores, houve dinheiro para que isso acontecesse, no entanto na Assembleia de Dezembro e porque o orçamento o não comportava, já não iria haver opção gestonária, ou seja, os trabalhadores que este ano estariam em condições de subir já não subiriam, logo não eram tratados em questão de igualdade, mas para seu espanto, havia dinheiro para mais um vereador a tempo inteiro. Por último, disse que por coincidência ou não, o táxi de Alfrivida, propriedade de seu pai, não vinha referido no Boletim Municipal, junto de todos os outros táxis.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, em resposta a esta munícipe e referindo-se ao Regimento, disse que na intervenção que efectuou na última sessão, se não utilizou o tempo todo, poderia tê-lo feito, uma vez que tinha tido tempo para o fazer.-----

---- A sr^a Presidente disse que não tinha estado presente na última sessão da Assembleia de Freguesia de Fratel, mas que na sua opinião, se a alteração ao Regimento tinha sido aprovado pelos membros desta, eleitos democraticamente pela população, não faria qualquer comentário a esta situação. Quanto à solicitação de documentos, na qualidade de munícipe poderia, através do seu grupo politico desta Assembleia, fazê-lo por escrito e ser-lhe-ia facultado o solicitado.-----

---- A Dr^a Edite Candeias, disse que a sr^a Presidente não tinha respondido às questões que tinha colocado, tendo-se apenas limitado a comentar o que não era para responder.-----

---- No seguimento do pedido de intervenção do Vereador Abel Mateus, para defesa da honra, o Presidente da Assembleia Municipal disse que o seu nome nunca serviria para denegrir a imagem do concelho e das suas instituições na imprensa regional e só por isso e defendendo como lhe competia o órgão a que preside, é que não tinha respondido àquilo que considerava uma falsidade, porque o que se tinha limitado a fazer foi apenas cumprir o Regimento, porque na última sessão, em momento algum, o nome do sr. Vereador Abel Mateus tinha sido citado, afirmando que durante a sua presidência, sempre que alguém for directamente visado teria sempre direito ao contraditório.-----

---- O sr. Vereador Abel Mateus, proferiu a seguinte declaração:---

---- *"Tendo em conta que na última Assembleia Municipal fui impedido de intervir em defesa da honra, venho junto de V. Exa. e de todos os presentes, dar conhecimento do seguinte:-----*

---- *Vemos cada vez mais, para nossa tristeza, que a arrogância, a sobrançeria do mau ganhar, achincalhando os derrotados, a bajulice balofa, cega muitas vezes as mentes e presta um mau serviço à comunidade, deixa de haver discernimento para ver que nem tudo é rosa, mas poderá haver outras cores, outras ideologias, sim, porque há outras mentes que não são só rosa e que têm o direito de existir em democracia. Vem, esta pequena introdução, a propósito de uma Moção entrada no dia vinte e três do doze na reunião da Assembleia Municipal, que demonstra até à saciedade o atrás dito. Menciona o emprego no concelho, eu diria infelizmente, quando se deixar de ser concelho devido à insuficiente população, aí o caríssimo membro é*

capaz de coçar a cabeça e pensar, que raio aconteceu ao meu concelho, tão próspero, tão rosa, tão superior aos outros que nem sequer desemprego existia. Fala na baixa taxa do desemprego, esquece-se é dos seus amigos, vizinhos, primos, conhecidos, que abalaram para outros lugares à procura de melhores oportunidades, procurando outras formas de vida, que não seja a super dependência da autarquia, sim, porque se não fosse a autarquia existir, seriam mais ou menos cerca de trezentas famílias que dependem directamente desta, o que é quase um terço da população. Olhe para esta realidade tão crua ela é. Não é a nova fábrica que prende pessoal na terra, deslocizou-se foi pessoal de um lado para o outro, alguns de empregos mais precários para este el dourado, sim, porque ainda não me apercebi de aumento de pessoal residente ou mesmo de procura de casas, vejo sim é abalarem para a cidade vizinha. Apregoa-se num estilo pomposo a candidatura ganhadora a captação de postos de trabalho, estarei aqui para pedir meças das queixas do pessoal que se sentir defraudado daqui a algum tempo porque não lhes chegou o tal emprego miraculoso prometido, sim, porque a capa da autarquia algum dia será curta para tanta gente debaixo dela. Também deveria saber que a população do nosso concelho tem um elevadíssimo nível etário predominando daqui a alguns anos, os reformados e não os trabalhadores efectivos. Esquece-se ou então cega com a cor rosa, que reside numa freguesia das mais despovoadas do concelho em que tem mais de uma mão cheia de povoações desertas ou em vias de desertificação total e isto só daqui a pouquíssimos anos. Olhe para a pirâmide etária do nosso concelho e mais concretamente a sua freguesia e verificará essa situação. A este ritmo assustador de perda de população, o caríssimo membro irá ser membro de outra Assembleia que não neste extinto concelho. Apregoa

o nosso desconhecimento do concelho, penso, e perdoe-me a minha observação, só pode ser por não saber ler programas eleitorais, o que será porventura provocado por algum defeito de visão, talvez colorida. Tinha, por exemplo, para a sua freguesia um dos melhores programas de junta que alguma vez terá hipótese de por a vista em cima, tinha para o concelho perspectivas claras para a captação de pessoas e não só para as existentes. Não me vou por aqui a citar as nossas medidas, elas estiveram devidamente explicitadas nem estamos em campanha eleitoral. Mais, poderia ainda intervir, falando nomeadamente, quanto ao impedimento ilegal de me poder manifestar democraticamente na Assembleia passada, sim, porque sou vereador deste concelho, tenho o direito à defesa da honra, fui eleito por cerca de novecentos eleitores que não vêm só rosa e acreditam nesse programa tão desdenhado por si, talvez por ventura por não estarem subjugados pela mão super dependentes de migalhas e favorezinhos miseráveis. Mais lhe informo, que os nossos eleitos são pessoas de bem e que zelarão pelo nosso concelho até à exaustão e contra todos os escolhos que irão ser plantados no caminho."-----

---- Em seguida, disse que na última Assembleia, não se tinha inscrito antecipadamente, porque não conhecia o teor das Moções, ou seja, só poderia solicitar a defesa da honra, porque tinha sido atacado a nível da sua campanha, depois de analisar as mesmas, por isso, quando pediu a palavra na última Assembleia era para pedir única e exclusivamente para lhe solicitar a cedência das cópias destas duas Moções e não para intervir, aproveitando desde já para solicitar a Moção hoje lida pelo membro Roma, onde tinha sido visado directamente e muito ofensivamente.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, disse que na qualidade de vereador não necessitava de se inscrever, mas no seu

